



CARTA DE CURITIBA

Economia, Meio Ambiente e o Compromisso com o Futuro

À sociedade brasileira, aos governos, às instituições públicas e privadas, ao setor produtivo, à comunidade acadêmica e a todos aqueles comprometidos com o desenvolvimento do Brasil.

O 30º ENESUL também nos honra por reunir, no mesmo espaço, iniciativas que fortalecem a profissão e ampliam sua contribuição para a sociedade. Destacamos a realização do **1º Fórum da Mulher Economista do Sul**, espaço dedicado ao debate sobre liderança, equidade, participação feminina e desafios profissionais, reafirmando a importância da valorização e do protagonismo das mulheres na Economia.

Da mesma forma, a realização do 6º Encontro de Peritos em Economia e Finanças da Região Sul fortaleceu a discussão sobre a perícia econômica e financeira, o mercado de trabalho, a atuação das mulheres na perícia, o associativismo e a contribuição da atividade pericial para a Justiça, a mediação e a arbitragem. São iniciativas que demonstram a amplitude e a relevância social da profissão de economista.

Nós, economistas reunidos no 30º Encontro de Economistas da Região Sul (ENESUL), realizado nos dias 20 e 21 de agosto de 2026, em Curitiba, Paraná, tornamos público este documento como manifestação de responsabilidade diante de um dos maiores desafios econômicos, sociais e ambientais do nosso tempo.

O tema “Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Um grande desafio econômico do século XXI” expressa uma realidade que já não pode ser tratada como preocupação distante ou exclusivamente ambiental.

NÃO HÁ MAIS TEMPO PARA ADIAR DECISÕES.

O custo da inação cresce a cada ano. Quando uma enchente destrói uma ponte, uma estrada é interrompida, uma estiação reduz a produção ou uma cidade precisa reconstruir sua infraestrutura, existe um custo econômico. Recursos públicos que poderiam financiar educação, saúde e desenvolvimento acabam destinados à recuperação de desastres.

Por isso, precisamos ampliar a forma como pensamos desenvolvimento. Crescimento econômico não pode ser medido apenas pela expansão da produção. É necessário considerar sua qualidade, sua capacidade de gerar prosperidade duradoura e sua compatibilidade com os limites ambientais e sociais.

A economia precisa antecipar riscos, mensurar impactos, orientar investimentos e construir soluções. O economista tem papel fundamental nesse processo, contribuindo para que decisões públicas e privadas incorporem custos ambientais, riscos climáticos, eficiência no uso dos recursos naturais e impactos sociais.

Não se trata de escolher entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. O verdadeiro desafio é construir um modelo no qual economia, sociedade e meio ambiente sejam partes de uma mesma equação.

Uma nova pesquisa do WRI (*World Resources Institute*) mostra que, para cada dólar investido em adaptação, podem ser gerados mais de US\$ 10,50 em benefícios ao longo de dez anos. Esses benefícios não se limitam a evitar perdas provocadas por desastres climáticos: incluem ganhos econômicos, sociais e ambientais que podem ocorrer mesmo quando não há desastre. A adaptação, portanto, não deve ser vista apenas como resposta à crise climática, mas como investimento capaz de gerar valor e reduzir riscos.

Diante disso, conclamamos:

AOS GOVERNOS DO PARANÁ, SANTA CATARINA, RIO GRANDE DO SUL E SEUS MUNICÍPIOS: que incorporem de forma permanente o risco climático ao planejamento econômico, territorial e fiscal, vinculando adaptação, mitigação e prevenção ao PPA, à LDO e à LOA; que avancem na criação de orçamentos climáticos e marcadores capazes de mostrar quanto é destinado e efetivamente executado em prevenção, adaptação, mitigação, resposta e reconstrução; e que estabeleçam metas transparentes, com resultados divulgados periodicamente, que tratem a Defesa Civil como política permanente, não como estrutura que só se ativa em emergência. Isso significa dotação orçamentária própria, equipe técnica capacitada, fundos operacionais, planos de contingência atualizados, mapeamento de áreas vulneráveis, sistemas de alerta, cadastro das populações expostas e protocolos claros de evacuação e abrigamento.



Deve ser enfrentado com urgência as falhas no registro das ocorrências climáticas, responsabilidades claras e mecanismos de controle que impeçam que erro burocrático tire de municípios e cidadãos o acesso a recursos e direitos.

Todos nós, sociedade, instituições financeiras, investidores, universidades e centros de pesquisa, educadores, e Economistas, **devemos ampliar** os instrumentos de financiamento climático voltados a infraestrutura resiliente, eficiência energética, inovação, recuperação ambiental e adaptação produtiva. que fortaleçam a produção e a difusão de conhecimento sobre economia ambiental e orçamento climático. Devemos reconhecer que a responsabilidade climática não é só do Estado ou das empresas, e sim de toda sociedade. Devemos ainda reafirmar o compromisso de colocar o conhecimento econômico e técnico a serviço da prevenção, da redução das desigualdades, da eficiência dos investimentos públicos e privados e de soluções que conciliem prosperidade, justiça social e sustentabilidade ambiental.

A economia circular e a economia criativa são fundamentais para construir um modelo de desenvolvimento mais sustentável, capaz de transformar resíduos em recursos, estimular a inovação e gerar novas oportunidades de trabalho e renda. Neste contexto, a gestão adequada dos resíduos sólidos assume papel estratégico, exigindo políticas públicas e investimento, mas também mudança cultural da forma como produzimos, consumimos e descartamos. Esta transformação precisa começar pela educação ambiental desde a infância, incorporada de maneira transversal ao processo de ensino e aprendizagem e presente ao longo de toda formação educacional. É necessário formar cidadãos conscientes sobre o consumo responsável, reaproveitamento, preservação dos recursos naturais e responsabilidade coletiva, criando uma cultura de sustentabilidade capaz de produzir mudanças duradouras na sociedade e na economia.

Não basta reconhecer que os eventos extremos estão aumentando. Não basta criar fundos mal estruturados, prever recursos que não viram investimento, ou montar planos que ficam no papel. E não dá para ter sistema de informação se o desastre nem chega a ser registrado direito.

Orçar não basta, é preciso executar. Registrar o risco não basta, é preciso reduzi-lo. Responder ao desastre não basta, é preciso antecipá-lo.

Isso é uma questão econômica, e também uma questão de responsabilidade fiscal. Cada real gasto reconstruindo infraestrutura destruída é um real a menos para educação, saúde, inovação, mobilidade e habitação.

Prevenção não é custo adicional, é investimento. Resiliência é infraestrutura econômica. Planejamento climático é planejamento de desenvolvimento, e adaptação às mudanças climáticas também é uma forma de competitividade regional.

O desenvolvimento sustentável não significa deixar de crescer. Significa crescer de maneira diferente: produzir mais valor utilizando melhor os recursos; investir antes de reconstruir; prevenir antes de remediar; inovar antes que a escassez nos obrigue; e planejar antes que a emergência determine nossas escolhas.

CONCLUSÃO

O 30º ENESUL não deve terminar apenas como espaço de debates. As ideias aqui discutidas precisam ultrapassar os auditórios e chegar às políticas públicas, às empresas, às universidades, às instituições financeiras e à sociedade.

A emergência climática já chegou. Os impactos econômicos já estão acontecendo. A pergunta não é mais se devemos agir, é quanto vai custar cada decisão que adiarmos.

Que esta Carta de Curitiba seja um chamado à ação: para que o poder público planeje, os orçamentos públicos priorizem investimentos, os recursos previstos sejam executados, os riscos sejam reduzidos e não apenas conhecidos, os desastres sejam corretamente registrados, as informações se transformem em decisões, o setor privado inove, a academia produza conhecimento e a sociedade participe.

O futuro econômico do Brasil dependerá, cada vez mais, da forma como cuidaremos do meio ambiente no presente. Crescimento, meio ambiente e sustentabilidade não são agendas separadas: são dimensões de um mesmo projeto de desenvolvimento.

Curitiba, Paraná, 21 de agosto de 2026.